

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

MEMBROS DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO (CT-PL) COM DIREITO A VOTO					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Justificado	
		Bruno Franco de Souza	Suplente	Justificado	
02	Sec. da Fazenda e Planejamento	Aguardando Indicação			
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
03	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Adriana Salvaia Guimarães Alves	Suplente	Presente	
		Caroline Nais	Titular	Justificado	
	Secretaria da Saúde	Sueli Aparecida Rodrigues Cavalhero	Titular	Ausente	
		Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
04	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Marcos César Prado	Suplente	Ausente	
		Henrique Bellinaso	Titular	Ausente	
	Fundação Florestal	Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
		Antonio Alvaro Buso Junior	Suplente	Justificado	
05	SP Águas	Cleide de Oliveira	Suplente	Ausente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Titular	Presente	
06	Inst. Mineiro de Agropecuária Inst. Estadual de Florestas	Sarah Janaina Menuzzo Quental	Titular	Presente	
		Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Justificado	
07	P.M. de Campinas	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
		Dario Jorge Giolo Saadi	Titular	Presente	p/p Marco Antonio dos Santos
	P.M. de Mogi Mirim	Manuelito Pereira Magalhães Junior	Titular	Ausente	
		Paulo de Oliveira e Silva	Suplente	Ausente	
08	P.M. de Jundiaí	Neiroberto Silva	Suplente	Presente	
		Gustavo Martinelli	Titular	Ausente	
	P.M. de Valinhos	Daniel Bocalão Júnior	Titular	Presente	
		Franklin Duarte de Lima	Suplente	Ausente	
09	P.M. de Limeira	Luiz Mayr Neto	Suplente	Presente	
		Murilo Berbet Avigo Félix	Titular	Ausente	
	P.M. de Holambra	Antonieta Mugnaini Polatto	Titular	Ausente	
		Fernando Henrique Capato	Suplente	Ausente	
10	P.M. de Sumaré	Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
		Henrique Stein Sciascio	Titular	Ausente	
	P.M. de Itupeva	Benjamin Bill Vieira de Souza	Titular	Presente	
		Rogério Cavalin	Suplente	Ausente	
11	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Jaqueline Salvador Leite	Suplente	Presente	
		Rafael Piovezan	Titular	Ausente	
	P.M. de São Pedro	Laerson Andia Júnior	Titular	Presente	p/p Leandro Ramalho
		Thiago Silvério da Silva	Suplente	Ausente	
12	P.M. de Camanducaia	Carlos Eduardo de Souza Mendes	Suplente	Ausente	
		Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
	P.M. de Sapucaí-Mirim	Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Ausente	
		Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente	
	UNICA	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Justificado	
14	CIESP – DR Limeira	André Elia Neto	Suplente	Presente	
	CIESP – DR Campinas	Jonas Vitti	Titular	Presente	
15	ABCON	Jorge Antonio Mercanti	Suplente	Ausente	
	SABESP	Antonio Carlos dos Santos	Titular	Justificado	
16	ASSEMAE	Rodrigo Ferraz Moreira	Suplente	Presente	
		Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Titular	Presente	
17	AFOCAPI	Martim de França Silveira Ribeiro	Suplente	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	José Rodolfo Penatti	Titular	Presente	
18	FIEMG	João Primo Baraldi	Suplente	Justificado	
	SINMEC	Mylena Nascimento R. de Oliveira	Titular	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Raquel da Silva	Titular	Justificado	
		Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonnée – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

	AEAP	Maurício Magossi	Titular	Presente	
20	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Ausente	
	Rotary International-D4621	Rosani Franco de Faria Novaes	Titular	Ausente	
21	AEAS	Paulo Takeyama	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Justificado	
22	Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de A. Demarchi	Titular	Presente	
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Suplente	Presente	
23	IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco	Titular	Presente	
	APASB	Rainer Fábio de Farias Tavares	Suplente	Ausente	
24	Circuito Turístico Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena	Titular	Justificado	
	CRBio – 4ª Região	Maurício Djalles Costa	Suplente	Ausente	

MEMBROS SEM DIREITO A VOTO

Representação	Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	SP Águas	Deborah do Valle Nuvens Lunardi	Coordenadora	Presente
	SABESP	Marcela Aragão de Carvalho Ramos	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-ID	USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Ausente
	AAP	Duarcides Ferreira Mariosa	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-Indústria	CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Vilella	Coordenador	Justificado
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	P.M de Campinas	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Ausente
CT-OL	SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora	Presente
	P.M. de Jundiaí	Cláudia Debroi de Campos	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-PB	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora	Ausente
	ASSEMAE	Gustavo Arthur Mechlin Prado	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Justificado
	SAA	Melissa Pin Lucheti	Coordenadora-adjunta	Justificado
CT-SA	P.M. de Jundiaí	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Patrícia Regina Ferreira Calejari	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Presente
	UNICAMP/FT	Cassiana Maria Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Ausente

DEMAIS PRESENTES

Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera
	Ivens de Oliveira
	Vanessa Longato
	Eduardo Léo
	Livia Modolo
	Laice Correia
	Kaique Barreto
	Diogo Pedrozo
	Gabriel Sobreira
	Raquel Quirino
	Daniel Ramos
	Tony Segatto
	José Cezário
INEVAT	Francisco Antonio Moschini

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonnée – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

P.M. de Bom Jesus dos Perdões	Arlindo Caruso
	Jorge Filho
DAAE Rio Claro	Leandro Tresoldi
	Erika Fossalusa
	Lucas Reis Rodrigues
	José Reinaldo Pereira
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Hidelvando Silva dos Santos
P.M. de Salto	Maurício de Carvalho
SAAE Mogi Mirim	Carolina Damaceno Aquino
DAE Jundiaí	Nelson O. Botan
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico

Abertura e pauta. A convocação da 99ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foi enviada aos membros por meio de mensagem eletrônica em 27/02/2026. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, o Sr. Denis Silva apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. O Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C) e Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, solicitou a supressão do item 12 da pauta, intitulado “Deliberação sobre conflito de interesse em análise de empreendimentos a serem financiados com recursos das Cobranças PCJ”, a fim de que a Fundação Agência das Bacias PCJ pudesse realizar estudos e análise jurídica mais detalhada sobre o tema. Não havendo manifestações contrárias, a solicitação de supressão do item foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Na sequência, a pauta, com a alteração proposta, foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Aprovação da ata da 15ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e da CT-PB, ocorrida em 07/11/2025, por videoconferência.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 15ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e da CT-PB, ocorrida em 07/11/2025, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade, e o Sr. Denis Silva abriu a manifestação sobre o conteúdo. Não havendo

manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **3. Aprovação da ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 07/11/2025, por videoconferência.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 07/11/2025, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade, e o Sr. Denis Silva abriu a manifestação sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **4. Relatório sobre a execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 – exercício 2025.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2021-2025 (PAP-PCJ), referente ao exercício de 2025, com recursos provenientes da Cobrança PCJ Federal. Para apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio do Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Eduardo Léo esclareceu que o relatório foi encaminhado previamente aos membros, apreciado pela Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) e apresentado à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Inicialmente, diferenciou as etapas do ciclo de gestão dos recursos financeiros, destacando os conceitos de recurso planejado, recurso empenhado e recurso desembolsado. Informou que, em 2025, o valor autorizado no Plano de Execução Orçamentária Anual foi de aproximadamente R\$ 51,6 milhões, dos quais R\$ 31 milhões foram empenhados, correspondendo a 60,13% do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

montante autorizado. Quanto aos desembolsos do exercício de 2025, informou que foram desembolsados aproximadamente R\$ 12,2 milhões, 90 concentrados principalmente nas agendas de gestão de recursos hídricos e agenda setorial. Na sequência, destacou que, por se tratar do último exercício do ciclo 2021-2025 do PAP-PCJ, o relatório também apresenta um balanço global do 95 quinquênio. Nesse período, do montante previsto de aproximadamente R\$ 161,3 milhões, foram empenhados cerca de R\$ 138,2 milhões, correspondendo a 85,64% dos recursos previstos. Quanto aos desembolsos acumulados no período, 100 informou que foram desembolsados aproximadamente R\$ 123,3 milhões, equivalentes a 70,74% do previsto. O Sr. Eduardo Léo destacou, ainda, os principais desafios identificados, especialmente aqueles relacionados à morosidade 105 dos processos licitatórios, à necessidade de melhor definição dos escopos de algumas contratações, à apuração das metas físicas, à variabilidade do comportamento dos desembolsos e ao aprimoramento dos fluxos internos de 110 acompanhamento, em consonância com as orientações da ANA. Ressaltou, por fim, que o novo ciclo do PAP-PCJ 2026-2030 demandará maior integração entre o acompanhamento da execução financeira e da execução física das ações. 115 Concluída a apresentação, o Sr. Denis Silva agradeceu e abriu a palavra aos membros. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da 120 Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais), questionou aspectos relacionados aos valores finais de 2025 e à interpretação dos percentuais de desempenho apresentados. Em resposta, o Sr. Ivens de Oliveira, 125 Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, esclareceu que os recursos não utilizados ou não empenhados permanecem como reserva financeira da Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme previsto no novo contrato de 130 gestão com a ANA, visando garantir segurança financeira à entidade delegatária. O Sr. Ivens de Oliveira também destacou que os indicadores de desempenho foram definidos no início do ciclo (2020), em cenário distinto do atual, e que os 135 resultados observados não comprometeram o desempenho institucional junto à ANA. Na sequência, ressaltou que o PAP-PCJ 2026-2030 contará com previsão de recursos superior à do ciclo anterior, em razão dos novos valores da

140 Cobrança PCJ Federal, e destacou a ampliação e diversificação dos investimentos realizados nos últimos anos. A Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), questionou sobre o 145 contingenciamento do repasse de recursos à ANA. Em resposta, o Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que o tema seria tratado em reunião em Brasília com a ANA e representantes de comitês 150 federais, esclarecendo que houve contingenciamento de parte dos recursos federais arrecadados em 2025, com impacto estimado em aproximadamente R\$ 8 milhões para as Bacias PCJ. Informou, ainda, que esclarecimentos mais 155 detalhados deverão ser apresentados na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação o Relatório sobre a execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 – exercício 2025, sendo aprovado por unanimidade. **5. Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista), na área das Bacias PCJ – exercício 2026.** O Sr. Denis Herisson da 165 Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da 170 apreciação de minuta de Deliberação que aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ 175 Paulista, referente ao exercício de 2026. Para apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio do Sr. Tony Douglas Segatto, Coordenador Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Tony Segatto esclareceu que a minuta de 180 Deliberação tem como finalidade formalizar a previsão de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o exercício de 2026, bem como os ajustes de receita, despesas de custeio, rendimentos, remunerações ao agente financeiro e agentes 185 técnicos, custos operacionais da cobrança e demais adequações necessárias à aplicação dos recursos. Informou que, conforme a Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo, a previsão de arrecadação para o exercício de 2026 é de R\$ 22,5 milhões 190 sendo 90% destinados a investimentos, no valor de R\$ 20,250 milhões e 10% destinados ao custeio administrativo e operacional da Fundação Agência

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

das Bacias PCJ, no valor de R\$ 2,25 milhões. Na sequência, apresentou os anexos da minuta, destacando que o Anexo I trata da receita, dos ajustes de arrecadação e da apuração dos valores disponíveis; o Anexo II detalha as despesas de custeio, contemplando custos operacionais da cobrança, atividades da Secretaria Executiva, outras despesas administrativas e despesas de pessoal; e o Anexo III apresenta a memória de cálculo de investimento, com a situação dos empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, valores pleiteados, valores aprovados, desembolsos realizados, saldos disponíveis e valores comprometidos. O Sr. Tony Segatto informou, ainda, que, após os ajustes apresentados, a apuração final da disponibilidade para investimento no exercício de 2026 é de R\$ 53.943.817,28. Concluída a apresentação, o Sr. Denis Silva agradeceu e abriu a palavra para manifestações dos membros. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais), questionou a diferença entre a previsão de arrecadação de R\$ 22,5 milhões e a disponibilidade final para investimento de aproximadamente R\$ 53,9 milhões. Em resposta, o Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, esclareceu que a diferença decorre, principalmente, da permanência de saldos de exercícios anteriores, de rendimentos financeiros e de recursos provenientes de empreendimentos cancelados ou não desembolsados, ressaltando que tais valores permanecem vinculados ao CBH e podem ser novamente direcionados a investimentos. O Sr. Sergio Razera destacou, ainda, que os recursos da Cobrança PCJ Paulista possuem dinâmica distinta em relação aos recursos federais, especialmente quanto à permanência dos saldos, e mencionou a existência de debates em andamento sobre a regulamentação do fundo patrimonial e suas possibilidades de utilização. O Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, complementou que a Fundação Agência das Bacias PCJ tem defendido a possibilidade de utilização desses recursos para investimento, observadas as regras aplicáveis. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação a minuta de Deliberação que aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios

de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2026, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **6. Indicação de empreendimento para financiamento com recursos do FEHIDRO.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da apreciação de minuta de Deliberação que indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ, referente ao exercício de 2026. Para apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio do Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Diogo Pedrozo esclareceu que a indicação de empreendimentos segue as regras estabelecidas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 535/25, de 11/12/2025, que define o cronograma e os critérios para seleção de empreendimentos, visando à obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Destacou que, para que o empreendimento seja indicado pelos Comitês PCJ, a proposta deve obter adequação técnica e financeira, estar cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO (SinFEHIDRO) e acompanhada dos documentos obrigatórios, com a devida checagem e validação pela Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, informou que, no fluxo contínuo de 2026, foram inscritos dois empreendimentos, sendo um considerado apto para indicação e um indeferido. O empreendimento apto à indicação foi apresentado pelo tomador DAE S. A. Água e Esgoto – DAE Jundiaí, intitulado “Instalação de medidores de alto desempenho dotados do conceito de medidores inteligentes para gestão de dados por leitura remota na cidade de Jundiaí – SP”, enquadrado no Programa de Duração Continuada (PDC) 5/Sub-PDC 5.1, na modalidade reembolsável. O valor pleiteado ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), com recursos da Cobrança PCJ Paulista, é de R\$ 5.000.000, com contrapartida oferecida de R\$ 2.208.781,62, correspondente a 30,64%, totalizando o valor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

global de R\$ 7.208.781,62. O Sr. Diogo Pedrozo
300 destacou, ainda, a previsão para as próximas
indicações, ressaltando a necessidade de
planejamento pelos tomadores, considerando o
prazo mínimo estimado de 90 dias entre a inscrição
da proposta e sua eventual indicação. Concluída a
305 apresentação, o Sr. Denis Silva agradeceu e passou
a palavra ao Sr. Mateus Bento Batista Arantes,
Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento
(CT-SA), que reforçou a importância de que
municípios e órgãos de saneamento apresentem
310 bons projetos, considerando o montante disponível
para investimentos e a necessidade de evitar a
permanência de recursos em caixa. Destacou,
ainda, a relevância do empreendimento indicado
para Jundiaí, especialmente pela incorporação de
315 tecnologia de leitura remota, com potencial de
aprimorar o controle operacional e a gestão de
perdas. Na sequência, o Sr. Paulo Roberto
Szeligowski Tinel, representante da Associação
Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
320 (ASSEMAE) e 1º Coordenador-adjunto da Câmara
Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH)
questionou os limites de valores para apresentação
de propostas. Em resposta, o Sr. Diogo Pedrozo
esclareceu que, para obras e serviços, o teto de
325 repasse é de R\$ 5.000.000, e, para estudos, planos
e projetos, de R\$ 1.500.000, observando-se o valor
mínimo de R\$ 160.000. O Sr. Paulo Tinel sugeriu,
ainda, a ampliação da divulgação dos pré-
requisitos, prazos e valores disponíveis no âmbito
330 das câmaras técnicas e das reuniões plenárias,
como forma de incentivar os municípios. O Sr.
Diogo Pedrozo informou que a Fundação Agência
das Bacias PCJ realizou oficina específica sobre o
tema, com mais de noventa inscritos e participação
335 superior a oitenta pessoas, abordando as regras, os
principais problemas verificados nas análises, o
papel das câmaras técnicas, o fluxo interno da
Fundação Agência das Bacias PCJ e as etapas
posteriores à aprovação pelos Comitês PCJ. O Sr.
340 Miguel Madalena Milinski, representante da
Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de
Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da
Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos
Mananciais (CT-Mananciais), questionou se
345 propostas distintas apresentadas por prefeitura e
autarquia de um mesmo município configurariam
empreendimentos diferentes. Em resposta, o Sr.
Diogo Pedrozo esclareceu que a regra considera o
Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do
350 tomador e a responsabilidade pelo serviço ou
objeto pleiteado, observando que o plano de

saneamento é de responsabilidade do município,
enquanto o plano de perdas se relaciona ao
operador do sistema. A Sra. Ana Lúcia Floriano
355 Rosa Vieira, Coordenadora da Câmara Técnica de
Educação Ambiental (CT-EA), questionou sobre a
possibilidade de utilização dos recursos para ações
vinculadas a outros PDCs. O Sr. Diogo Pedrozo
esclareceu que, para os recursos de investimento do
360 FEHIDRO, as ações financiáveis estão restritas aos
PDCs 1 – Bases técnicas em recursos hídricos; 3 –
Qualidade da água, e 5 – Gestão de demanda de
água, priorizados no Plano de Recursos Hídricos
das Bacias PCJ 2020-2035, sendo possível
365 conciliar ações desde que estejam enquadradas no
PDC correspondente. A Sra. Vanessa Cristina
Bortolazzo Longato, Coordenadora de Apoio ao
Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, complementou
370 que eventuais propostas de novas ações pelas
câmaras técnicas dos Comitês PCJ devem seguir o
fluxo de discussão em seus planos de trabalho e
posterior encaminhamento às instâncias
competentes dos Comitês PCJ. Não havendo mais
375 manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à
votação a minuta de Deliberação que indica
empreendimento para financiamento com recursos
oriundos da cobrança pelo uso dos recursos
hídricos em rios de domínio do Estado de São
380 Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ
Paulista), referente ao exercício de 2026, sendo
aprovada por unanimidade, para ser encaminhada
aos Plenários dos Comitês PCJ. **7. Atualização do**
“Guia prático para o desenvolvimento de Planos
385 **Municipais de Segurança da Água”**. O Sr. Denis
Herisson da Silva, representante da Secretaria de
Agricultura e Abastecimento do Estado de São
Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta
390 trata da atualização do “Guia prático para o
desenvolvimento de Planos Municipais de
Segurança da Água”. Para apresentação do tema, o
Sr. Denis Silva solicitou o apoio da Sra. Roseane
Maria Garcia Lopes de Souza, Coordenadora da
395 Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM).
A Sra. Roseane Souza contextualizou que o Guia
foi elaborado com o objetivo de oferecer aos
municípios e aos sistemas de abastecimento de
água um instrumento metodológico prático para o
400 desenvolvimento de Planos Municipais de
Segurança da Água, considerando a abordagem de
gestão de riscos aplicada ao abastecimento público.
Destacou que a publicação passou a ser utilizada
como referência por diferentes sistemas e

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

405 instituições, contribuindo para a disseminação do tema nas Bacias PCJ. Na sequência, informou que a atualização proposta decorre, principalmente, da publicação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 17080:2023, intitulada
410 “Plano de segurança da água — Princípios e diretrizes para elaboração e implementação”. Nesse sentido, explicou que a 2ª edição do Guia contempla a substituição do referencial anteriormente baseado na Organização Mundial da
415 Saúde (OMS) pelo padrão estabelecido pela ABNT, especialmente quanto às matrizes e tabelas de avaliação de risco. Destacou, ainda, a substituição das Tabelas 16 e 17 da 1ª edição do Guia pelas Tabelas A.3 e A.4 da ABNT NBR
420 17080:2023, além de ajustes na capa e na diagramação da publicação. Na sequência, a Sra. Roseane Souza passou a palavra ao Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ.
425 O Sr. Eduardo Léo informou que a atualização também envolveu providências administrativas e editoriais, incluindo a revisão técnica, a padronização da diagramação institucional e a formalização de Termo de Autorização de Uso de
430 Conteúdo junto aos autores da publicação. Esclareceu que, embora o Guia seja uma publicação institucional dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ, foi necessário formalizar a autorização dos autores para
435 realização das alterações, registrando o processo internamente. Informou, por fim, que, concluídas essas etapas, a versão atualizada estava sendo submetida à apreciação da CT-PL, como etapa necessária para finalização e posterior
440 disponibilização da 2ª edição do Guia. Concluída a apresentação, o Sr. Denis Silva agradeceu aos envolvidos pela elaboração e atualização do documento, destacando o trabalho técnico e administrativo necessário para sua finalização. Na
445 sequência, o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-
450 Mananciais), questionou se os municípios que já possuem Planos Municipais de Segurança da Água deverão revisar seus documentos. Em resposta, a Sra. Roseane Souza esclareceu que a atualização do Guia pode demandar adequações, especialmente
455 em relação às matrizes de risco e às medidas de controle, mas que, em princípio, não se trata de uma revisão com grande impacto técnico ou financeiro,

devendo cada sistema avaliar a necessidade conforme sua realidade. O Sr. Luiz Alberto
460 Buschinelli Carneiro, representante da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, destacou a importância da atualização dos planos sob a perspectiva da Vigilância Sanitária, especialmente diante de situações de escassez hídrica,
465 racionamento, adequação das estações de tratamento e garantia de abastecimento em pontos prioritários, como hospitais e demais áreas críticas. O Sr. André Elia Neto, representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia
470 (UNICA), questionou se o Guia seria disponibilizado em formato impresso. Em resposta, o Sr. Denis Silva informou que a publicação será disponibilizada inicialmente no site dos Comitês PCJ, em formato digital. O Sr. Mateus Bento
475 Batista Arantes, Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), comentou que o Plano Municipal de Segurança da Água deve ser entendido como documento vivo, sujeito a atualizações sempre que houver alterações
480 relevantes na qualidade da água, nas condições do sistema ou nas medidas de controle, questionando se haveria periodicidade definida para revisão. Em resposta, a Sra. Roseane Souza esclareceu que não foi estabelecido prazo obrigatório de validade, mas
485 que se recomenda a revisão periódica, sugerida a cada dois anos, sem prejuízo de atualizações pontuais sempre que necessário. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à aprovação a atualização do “Guia prático para o
490 desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água”, sendo aprovada por unanimidade. **8. Apreciação do recurso apresentado pelo DAAE Rio Claro referente ao indeferimento do pleito “Revisão do Plano Diretor de Combate a Perdas no Sistema de Abastecimento Público de Água do Município de Rio Claro-SP”.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e
500 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da apreciação do recurso apresentado pelo Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE Rio Claro) referente ao
505 indeferimento do pleito “Revisão do Plano Diretor de Combate a Perdas no Sistema de Abastecimento Público de Água do Município de Rio Claro-SP”. Esclareceu que o recurso foi encaminhado à Secretaria Executiva por meio de e-mail enviado
510 em 6 de fevereiro de 2026, acompanhado do Ofício

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

DAAE nº 013/2026, e que a equipe técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ elaborou parecer técnico sobre o tema, disponibilizado previamente aos membros. Para apresentação do assunto, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio do Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Diogo Pedrozo explicou que o DAAE Rio Claro protocolou proposta para obtenção de financiamento junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), enquadrada no Programa de Duração Continuada (PDC) 1/Sub-PDC 1.2, com valor de repasse de R\$ 1.170.242,90, contrapartida de R\$ 130.026,98 e valor global de R\$ 1.300.269,88. Informou que, antes do protocolo da proposta, houve contato prévio com a Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, ocasião em que foi esclarecida a existência de novas regras relacionadas às Diretrizes Gerais para Gestão de Perdas de Água e Eficiência no Abastecimento Público nas Bacias PCJ, aprovadas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 515/25, bem como às regras de seleção estabelecidas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 535/25, de 11/12/2025. Ressaltou que, mesmo diante desse contexto, o proponente poderia formalizar a inscrição, a qual seria submetida à análise técnica. Na sequência, o Sr. Diogo Pedrozo esclareceu que a proposta foi analisada pela Fundação Agência das Bacias PCJ e pelo Grupo de Trabalho de Análise de Empreendimentos (GT-Análise de Empreendimentos), tendo sido avaliado o atendimento aos requisitos das diretrizes de perdas. Explicou que, para elaboração ou atualização de Plano Diretor de Combate às Perdas, as diretrizes exigem que o município possua Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) atualizado, de forma a garantir o encadeamento entre os instrumentos de planejamento do saneamento e a compatibilidade com o Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2020-2035. Informou que o PMSB de Rio Claro data de 2018, foi elaborado antes da aprovação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, previa revisão a cada quatro anos nos termos da Lei Municipal nº 5.236/2018 e encontra-se atualmente em processo de atualização, com previsão de conclusão em setembro de 2026. Diante disso, o entendimento técnico foi de que o requisito não estava atendido, motivo pelo qual o pleito foi indeferido. O Sr. Diogo Pedrozo destacou, ainda, que o recurso apresentado pelo DAAE Rio Claro abordou, entre outros pontos, a existência e vigência do PMSB, a

ausência de definição normativa específica sobre o conceito de PMSB atualizado, a revisão em andamento, a compatibilidade entre o empreendimento e a revisão do PMSB e o atendimento às finalidades do FEHIDRO. Ressaltou que a importância do empreendimento é reconhecida, mas que o indeferimento decorreu da limitação estabelecida pelas regras vigentes, sendo o tema submetido à apreciação dos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Na sequência, o Sr. Denis Silva passou a palavra ao Sr. Lucas Reis Rodrigues, Procurador Jurídico do DAAE Rio Claro. O Sr. Lucas Rodrigues agradeceu a oportunidade de manifestação e informou que participavam da reunião representantes do DAAE Rio Claro, incluindo seu superintendente e equipe técnica. Esclareceu que o recurso não questiona o mérito técnico do empreendimento, reconhecendo sua adequação e relevância, mas solicita a reconsideração do indeferimento em caráter excepcional. Argumentou que o PMSB de Rio Claro permanece vigente, uma vez que a legislação federal estabelece prazo de revisão não superior a 10 anos, e que a revisão em andamento constitui medida preventiva e de aperfeiçoamento do planejamento, sem configurar ausência ou irregularidade do plano vigente. Defendeu, ainda, que não haveria incompatibilidade técnica ou temporal entre a revisão do PMSB e o empreendimento proposto, podendo os estudos do plano de perdas contribuir para a atualização do planejamento municipal. Na sequência, o Sr. Denis Silva solicitou manifestação do Sr. Mateus Bento Batista Arantes, Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA). O Sr. Mateus Arantes destacou que as diretrizes de perdas foram construídas para assegurar continuidade e coerência entre os instrumentos de planejamento, evitando a contratação recorrente de revisões de planos sem avaliação do cumprimento das metas anteriormente estabelecidas. Ressaltou que o objetivo não é rejeitar o objeto proposto pelo DAAE Rio Claro, cuja relevância técnica foi reconhecida, mas observar a sequência de planejamento definida nas diretrizes: primeiro a atualização do PMSB e, posteriormente, a revisão do plano de perdas, com base nas novas metas e orientações consolidadas. Aberta a palavra aos membros, o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

Mananciais), manifestou-se sobre o caso, ponderando se o processo de transformação institucional do DAAE Rio Claro poderia influenciar a necessidade de aprovação do instrumento de planejamento em discussão. Na sequência, o Sr. Denis Silva manifestou seu entendimento como Secretário-executivo, ressaltando que as diretrizes de perdas foram discutidas e pactuadas no âmbito dos Comitês PCJ e que, embora a negativa seja tecnicamente sensível, a aplicação das regras vigentes deve ser preservada, sob pena de criação de precedente complexo para os processos de seleção de empreendimentos. O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra, questionou a obrigatoriedade e os efeitos práticos da revisão periódica dos planos, ponderando sobre a necessidade de diferenciar vigência legal e efetiva atualização dos instrumentos. Em resposta, o Sr. Lucas Rodrigues reiterou que a Lei Municipal nº 5.236/2018 estabeleceu vigência do PMSB até 2028, ainda que previsse revisão intermediária, de modo que o município não estaria sem plano. O Sr. Diogo Pedrozo esclareceu que a discussão não se restringe à vigência formal do plano, mas à necessidade de revisão periódica para reavaliar metas, resultados alcançados e adequação às novas diretrizes e cenários, como ocorre também no Plano das Bacias PCJ 2020-2035. O Sr. Neiroberto Silva, representante da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, destacou a importância do acompanhamento dos objetivos e metas dos planos por conselhos municipais de saneamento básico, observando que tais instâncias contribuem para avaliar o cumprimento e a necessidade de atualização dos instrumentos. O Sr. Paulo Roberto S. Tinel, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e 1º Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) questionou se o plano de saneamento constituiria pré-requisito para o plano de perdas, e acesso aos recursos e se as metas nele previstas teriam sido cumpridas pelo município. Em resposta, a Sra. Érika Daiane Martins Fossalusa, Diretora de Departamento de Cadastros e Controles Técnicos do DAAE Rio Claro, informou que diversas metas do PMSB de 2018 já foram atendidas, especialmente relacionadas à hidrometria, renovação do parque de hidrômetros, aquisição de equipamentos e caminhões e ações de abastecimento e esgotamento sanitário, embora o plano ainda não tenha sido

670 cumprido integralmente, considerando sua vigência até 2028. Na sequência, o Sr. Leandro Tresoldi, Superintendente do DAAE Rio Claro, complementou que o município possui índices elevados de coleta e tratamento de esgoto e 675 acompanhamento pelo conselho municipal de saneamento, inclusive quanto a aspectos tarifários e valores vinculados ao serviço. O Sr. Miguel Milinski questionou o índice atual de perdas do município. Em resposta, o Sr. Leandro Tresoldi 680 informou que as perdas reais seriam da ordem de 42%, ressaltando que o plano de combate a perdas permitiria direcionar recursos e ações para redução desse índice. Argumentou que o município possui PMSB em vigor e que a revisão em andamento 685 poderia caminhar de forma integrada ao plano de perdas, evitando o adiamento da execução das ações de combate a perdas. A Sra. Érika Fossalusa complementou que o Plano Diretor de Água do DAAE Rio Claro foi atualizado em 2024 e deverá 690 subsidiar tanto a revisão do PMSB quanto o Plano Diretor de Combate a Perdas. Na sequência, o Sr. Denis Silva ponderou que o requisito discutido não se trata de questão técnica mínima, uma vez que foi deliberado pelos Comitês PCJ e integra as regras 695 vigentes do processo de seleção. O Sr. Mateus Arantes também reforçou que as diretrizes de perdas resultaram de amplo processo de discussão técnica no âmbito dos Comitês PCJ, com participação das instâncias competentes, e que os 700 critérios pactuados devem ser observados. Encerradas as manifestações, o Sr. Denis Silva informou que, diante do impasse, a votação seria realizada de forma nominal por vaga, registrando-se o posicionamento da entidade com direito a voto. 705 Esclareceu que os votos seriam organizados entre manifestação favorável ao recurso, concordando com a posição do DAAE Rio Claro, ou favorável ao indeferimento do recurso, concordando com o entendimento técnico da Fundação Agência das 710 Bacias PCJ e do GT-Análise de Empreendimentos. Após a votação, foi aprovado, por maioria simples, o indeferimento do recurso apresentado pelo DAAE Rio Claro, com abstenções das entidades CIESP – DR Limeira, Secretaria de Agricultura e 715 Abastecimento e Consórcio PCJ. **9. Prorrogação de prazo de empreendimento financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São 720 Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da solicitação da Prefeitura Municipal de Bom

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

Jesus dos Perdões para prorrogação de prazo de empreendimento financiado com recursos da
725 Cobrança PCJ Federal. Para apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio do Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Diogo Pedrozo esclareceu que o pedido foi analisado com
730 base na Deliberação dos Comitês PCJ nº 409/22, de 29/06/2022, que estabelece procedimentos para solicitações de prorrogação de prazos de empreendimentos financiados. Destacou que a referida deliberação permite à Fundação Agência
735 das Bacias PCJ conceder prazo adicional uma única vez para etapas intermediárias do processo de financiamento, sem necessidade de consulta prévia à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), exceto em casos recorrentes de prorrogações,
740 situação que motivou a apresentação do caso à CT-PL. Na sequência, informou que a solicitação se refere ao contrato CT 007/2022, cujo objeto é a execução de obras para o sistema de recuperação e reuso de água de lavagem de filtros e decantadores,
745 com disposição final do lodo. Explicou que, conforme a Deliberação dos Comitês PCJ nº 409/22, na Fase III – Seleção/Licitação, o tomador possui prazo máximo de 60 dias, contados da assinatura do contrato de transferência, para
750 publicação do extrato do edital de licitação no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal de grande circulação, observando a Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações, bem como prazo máximo de 150 dias, contados da publicação do
755 edital no DOU, para conclusão do processo licitatório, passível de prorrogação por até 30 dias sem sanção. O Sr. Diogo Pedrozo informou que, no caso em análise, o cumprimento da cláusula suspensiva ocorreu em 09/06/2025, tendo sido
760 considerada a data de 07/08/2025 para publicação do edital. Registrou, ainda, que houve prorrogação até 06/10/2025 e posterior impugnação do edital em 11/11/2025. Considerando o prazo de 150 dias, acrescido da prorrogação de 30 dias, informou que
765 o tomador apresentou o Ofício nº 005/2026/SDP, solicitando prorrogação por mais 90 dias, prazo considerado necessário para que o município tenha tempo hábil para realizar o certame, com novo prazo até 19/06/2026. Destacou que a Fundação
770 Agência das Bacias PCJ considerou a solicitação viável, tendo em vista as intercorrências no processo licitatório, a necessidade de reordenamento dos recursos de 2025 para 2026 e a adequação da contrapartida municipal. Concluída a
775 apresentação, o Sr. Denis Silva abriu a palavra aos

membros e aos representantes da Prefeitura Municipal de Bom Jesus dos Perdões. Não havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à
780 votação a solicitação de prorrogação de prazo do empreendimento, sendo aprovada por unanimidade. **10. Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2026/2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e
785 Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da apreciação de minuta de Deliberação que aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos
790 Comitês PCJ para o período 2026/2027. Para apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio da Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Fundação Agência das
795 Bacias PCJ. A Sra. Vanessa Longato esclareceu que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, que aprovou o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (CTs), estabelece que cada CT, com exceção da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), deve
800 elaborar e encaminhar proposta de Plano de Trabalho para o mandato, compatível com o Plano das Bacias PCJ, as políticas temáticas dos Comitês PCJ, as atribuições da respectiva CT e o cronograma de trabalho dos Comitês PCJ.
805 Informou que, após a renovação da composição das CTs, realizada em julho de 2025, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e a Fundação Agência das Bacias PCJ conduziram, em conjunto com as coordenações das CTs, o processo de elaboração e
810 consolidação dos Planos de Trabalho para o biênio 2026-2027. Na sequência, explicou que os planos foram estruturados em três categorias: Categoria A, referente às demandas da Secretaria Executiva; Categoria B, referente aos temas para discussão
815 definidos pelas CTs; e Categoria C, referente aos eventos programados. Destacou que a proposta consolidada prevê 60 ações, 62 assuntos e 16 eventos, representando, em comparação com o biênio anterior, crescimento de 27,7% no número
820 de ações, 121% nos assuntos tratados e 100% nos eventos previstos. Ressaltou, ainda, que os eventos deverão observar as orientações e procedimentos estabelecidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ, com envio das informações necessárias com
825 antecedência mínima de 60 dias, e deverão estar vinculados às atribuições das CTs e ao desenvolvimento das demandas previstas nas Categorias A e B. Por fim, informou que eventuais

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

alterações nos Planos de Trabalho deverão seguir os procedimentos previstos na minuta de Deliberação, sendo que alterações de datas de eventos dentro do mesmo ano deverão ser comunicadas à Secretaria Executiva, enquanto demais alterações deverão ser formalmente encaminhadas para apreciação da CT-PL. Concluída a apresentação, o Sr. Denis Silva abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, submeteu à votação a minuta de Deliberação que aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o período 2026/2027, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ.

11. Relatório Anual de Atividades (RAA) dos Comitês PCJ – exercício 2025, elaborado em atendimento a meta do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da apreciação da minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Atividades (RAA) dos Comitês PCJ, referente ao exercício de 2025, elaborado em atendimento ao Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA. Para apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio da Sra. Raquel Curtolo Quirino, da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ. A Sra. Raquel Quirino esclareceu que o RAA apresenta a descrição e a avaliação da execução do Planejamento Anual de Atividades (PAA) dos Comitês PCJ, contendo informações detalhadas sobre reuniões plenárias, reuniões das Câmaras Técnicas e demais eventos realizados ao longo do exercício, incluindo datas, locais, número de participantes, quórum, divulgação das convocatórias, disponibilização das atas e eventuais alterações ocorridas no período. Destacou que o acompanhamento dessas informações é importante para o atendimento ao indicador previsto no Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA. Informou que, em 2025, foram planejados 90 eventos e reuniões, dos quais 88 foram realizados, resultando no índice de 97,78% para o nível de organização do PAA do Comitê pela entidade delegatária, percentual compatível com a margem estabelecida para o indicador. Concluída a apresentação, o Sr. Denis Silva abriu a palavra aos

membros. Não havendo manifestações, submeteu à votação a minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Atividades (RAA) dos Comitês PCJ, referente ao exercício de 2025, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ.

12. Deliberação sobre conflito de interesse em análise de empreendimentos a serem financiados com recursos das Cobranças PCJ. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item foi suprimido da pauta por votação unânime dos membros presentes, realizada no início da reunião, conforme registrado no item “Abertura e pauta” desta ata.

13. Plano de Trabalho do GT-Estiagem 2026. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da apreciação do Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho “Operação Estiagem – 2026” (GT-Estiagem 2026), elaborado em atendimento à Deliberação dos Comitês PCJ nº 431/22, de 07/12/2022. Esclareceu que o Plano de Trabalho foi apreciado pelos membros do GT-Estiagem 2026 em reunião realizada por videoconferência no final de 2025 e encaminhado previamente aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Na sequência, o Sr. Denis Silva apresentou, de forma sintética, as ações previstas no plano, destacando a comunicação e sensibilização social, a publicação técnica sobre estiagem, a realização do evento interinstitucional “Desafios da Estiagem 2026”, a publicação de boletins hidrometeorológicos e informes técnicos e o fomento a ações municipais e fundos de contingência. Informou que o evento interinstitucional já havia sido realizado, com mais de 100 participantes online e aproximadamente 500 visualizações no *YouTube*, demonstrando amplo interesse da sociedade pelo tema. O Sr. Denis Silva propôs, ainda, ajuste no cronograma da ação relacionada à capacitação dos municípios para elaboração de planos de contingência, inicialmente prevista para abril, sugerindo sua realização em maio, a fim de aguardar o comportamento das chuvas e das condições hidrológicas, especialmente na região do Sistema Cantareira. Informou, também, que o segundo ciclo da atividade, inicialmente previsto para agosto, passaria para setembro de 2026. Não havendo manifestações, o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

935 Sr. Denis Silva submeteu à votação o Plano de Trabalho do GT-Estiação 2026, com os ajustes apresentados no cronograma, sendo aprovado por unanimidade. **14. Constituição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG PCJ).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da

940 constituição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG PCJ), referente ao Contrato de Gestão nº 37/2025/ANA, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias

950 PCJ. Esclareceu que o novo contrato prevê a criação e manutenção de grupo de acompanhamento, com composição paritária entre os segmentos representados no PCJ FEDERAL, motivo pelo qual se faz necessária a constituição do

955 GACG PCJ para o período 2026-2027. Para apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio do Sr. Gabriel Sobreira, da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr.

960 Gabriel Sobreira informou que o grupo será responsável por acompanhar a execução do Contrato de Gestão nº 37/2025/ANA e seus anexos, bem como as reuniões da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão (CACG ANA), além de

965 apreciar documentação relativa ao cumprimento das metas e, quando necessário, recomendar ajustes ao contrato. Esclareceu que a composição proposta contempla oito membros, sendo dois representantes de órgãos de governo, dois de municípios, dois de usuários e dois de organizações civis. Após

970 discussão entre os membros, foi consolidada a seguinte composição: Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, no

975 segmento órgãos de governo; Prefeitura Municipal de Jundiaí/SP e Prefeitura Municipal de Salto/SP, no segmento municípios; Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Federação das Indústrias do Estado de Minas

980 Gerais (FIEMG), no segmento usuários; e Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C) e Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Salto (AEAAS), no segmento organizações civis. Não

985 havendo mais manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação a minuta de Deliberação que constitui, para o período 2026-2027, o GACG PCJ,

sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **15.**

990 **Constituição do GT-Eleições 2026.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta

995 trata da constituição do Grupo de Trabalho Eleições (GT-Eleições), visando à condução das atividades preparatórias para o processo eleitoral do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ). Para

1000 apresentação do tema, o Sr. Denis Silva solicitou o apoio da Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ. A Sra. Vanessa Longato esclareceu

1005 que, em razão do regramento aplicável ao CBH-PCJ, faz-se necessária a renovação dos membros a cada dois anos. Informou que o GT-Eleições será responsável por elaborar os regramentos e procedimentos a serem observados pelas entidades

1010 dos segmentos de organizações civis e usuários, para fins de validação e participação no processo eleitoral do Comitê. Na sequência, foi realizada a composição do GT-Eleições, formado pelas seguintes entidades: Associação dos Engenheiros,

1015 Arquitetos e Agrônomos de Salto (AEAAS); Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR); Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); União da Indústria de Cana-de-Açúcar e

1020 Bioenergia (UNICA); Prefeitura Municipal de Jundiaí, por meio da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA); Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C); e Secretaria Executiva dos

1025 Comitês PCJ. Não havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à aprovação a constituição do GT-Eleições, sendo aprovada por unanimidade. **16. Outros Assuntos. 17. Informes. 17.1. Informes da**

1030 **Secretaria Executiva.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que, em razão do adiantado

1035 da hora, os informes seriam encaminhados posteriormente aos membros por meio de mensagem eletrônica. **17.2. Informes da Fundação Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da

1040 Fundação Agência das Bacias PCJ, apresentou

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 99ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Rocha Moutonné – Salto/SP – 06/03/2026 – 9:30 horas

informe sobre a situação dos empreendimentos financiados com recursos PCJ, destacando a preocupação com o elevado volume de recursos comprometidos sem desembolso. Informou que, considerando as fontes Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), Cobrança PCJ Paulista e Cobrança PCJ Federal, há 70 empreendimentos em execução e 48 empreendimentos não iniciados. Esclareceu que a situação dos empreendimentos não iniciados demanda atenção, especialmente em razão do risco de cancelamento de contratos por descumprimento de prazos, em especial nas etapas relacionadas à licitação. Destacou, ainda, que o impacto estimado corresponde a aproximadamente R\$ 114 milhões comprometidos sem desembolso com recursos da Cobrança PCJ Paulista e cerca de R\$ 24 milhões com recursos da Cobrança PCJ Federal, dos quais R\$ 20 milhões estariam depositados em conta vinculada. Na sequência, o Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra, questionou quais seriam as principais dificuldades enfrentadas pelos municípios para iniciar os empreendimentos. Em resposta, o Sr. Diogo Pedrozo informou que grande parte das dificuldades está relacionada a questões burocráticas, especialmente aos procedimentos

licitatórios e ao cumprimento de seus prazos. A Sra. Livia Maria Ongaro Modolo, Assistente Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, complementou que a Fundação Agência das Bacias PCJ realiza acompanhamento contínuo dos tomadores, mantendo-os informados sobre os prazos, realizando reuniões frequentes e promovendo articulações com os agentes técnicos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), com o objetivo de ajustar os procedimentos e ampliar as condições de sucesso dos empreendimentos. **17.3. Informes dos Membros.** O Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra, destacou matéria publicada pela revista Superinteressante, intitulada “Rios brasileiros correm o risco de perder água”, que aborda estudo sobre a possibilidade de rios perderem água para aquíferos em razão da exploração excessiva das águas subterrâneas. Ressaltou a importância de que os Comitês PCJ aprofundem o olhar sobre a segurança da água, considerando tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos dos recursos hídricos, bem como a integração entre águas superficiais e subterrâneas. **18. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis Herisson da Silva agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião.

DENIS HERISSON DA SILVA

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
e Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)